



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com prefeitos – VI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Hotel Blue Tree – Brasília – DF, 11 de março de 2003

Meu caro e querido companheiro José Alencar, Vice-Presidente da República, Senhores Ministros,

Primeiro, uma constatação: a gente está há poucos dias da comemoração do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e não há uma mulher nesta Mesa. Uma crítica construtiva ao cerimonial e aos responsáveis por este encontro, não só porque elas são maioria, mas porque estão presentes aqui e seria importante que a Mesa fosse permeada por um bom número de mulheres.

Meu caro Paulo Roberto Ziulkoski,

Meu caro Luís Paulo Vellozo Lucas, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos,

Meus companheiros e companheiras prefeitas e prefeitos do meu país,

Eu estava ouvindo o Paulo falar e me lembrando dos meus tempos de dirigente sindical. Ou seja, a gente fala com a emoção e com a força de quem está representando um segmento da sociedade brasileira, um segmento da nossa Federação tão importante e, muitas vezes, tão destratado e desrespeitado.

Eu, se não falasse uma única palavra – estou vendo aqui o Juracy, parece o mais velho dos prefeitos que estão aqui; Fernando, de cabelo branco, nosso prefeito de Fortaleza – eu já sairia daqui satisfeito, porque é lamentável, mas é a primeira vez que um presidente da República e o seu Governo se dispõem a participar de uma reunião frente a frente com os prefeitos. E olhem que o meu antecessor, possivelmente, tivesse mais amigos na prefeitura do que eu.

Eu passei um período da minha vida entendendo que parte dos problemas do nosso país acontece nas cidades. Nas cidades tudo acontece porque é lá que a



pessoa estuda, é lá que a pessoa mora, é lá que a pessoa trabalha, é lá que a pessoa tem o médico, é muito mais fácil encontrar um vereador no boteco da esquina, tomando “uma” e dando “outra” para o santo; é lá que você consegue encontrar o secretário da prefeitura, é lá que você consegue encontrar o assessor do prefeito ou o próprio prefeito. E ficaria tudo mais fácil se as coisas acontecessem com maior evidência e incidência nos municípios.

Foi assim que nós pensamos a Constituição de 1988. E é por isso que, em 1989, os municípios brasileiros viveram quase que o momento de ouro, porque naquele tempo nós tínhamos pensado em maiores recursos para os municípios e para a União, e mais para os estados e menos para a União.

Mas depois da Constituição os governantes do Brasil não pensavam assim, porque tem muita gente que prefere que os prefeitos venham à capital da República de chapéu na mão, implorar a um ministro um favor ou, quem sabe, a liberação de uma verba à qual o município até teria por direito.

E se o prefeito é o prefeito de uma capital, ainda tem mais facilidade de ser recebido, nem sempre, mas ainda tem. Se o prefeito é de uma cidade média, onde grande parte dos políticos têm voto, ele até pode ser recebido mas, a maioria dos prefeitos do nosso país, de cidades com 40 mil, 50 mil, 60 mil habitantes, às vezes gasta mais com passagem vindo a Brasília do que o que recebe do governo federal para atendimento das suas reivindicações. E se é um prefeito que tem boas relações políticas, ele ainda consegue um bom deputado para levá-lo a um ministro, porque senão o prefeito voltará para sua cidade tendo sido atendido por um funcionário de terceiro escalão do Ministério, sem nenhuma resposta e, muitas vezes, ao chegar à sua cidade, para não dizer que não teve prestígio na capital da República, ele nem conta como foi tratado, ele às vezes fala: “Fui recebido por todo mundo, até o Presidente queria falar comigo, eu não quis”, quando na verdade, eu sou testemunha ocular do que os prefeitos passam por este País afora quando querem alguma coisa.

Eu não quero que depois do brilhante discurso do companheiro Paulo vocês



comecem a pensar que eu vou ler um outro discurso atendendo a todas as reivindicações que ele fez. O que eu quero é que vocês compreendam, porque são políticos e porque também tiveram o primeiro ano de mandato e sabem como é que se encontra a máquina pública deste país, onde humanamente impossível a gente fazer as coisas com a pressa que a gente gostaria que elas acontecessem.

O que vocês precisam é sair daqui com a certeza e a convicção de que mudou, definitivamente, a relação do governo federal com os municípios brasileiros.

Foi para isso que nós criamos o ministério das Cidades, e sabe o companheiro Olívio Dutra, como prefeito que foi de Porto Alegre, que não é possível a gente deixar que um prefeito venha a Brasília sem ser atendido, sem conversar, sem fazer ouvir as suas reclamações. Muitas vezes, nas reclamações de algumas pessoas é que a gente consegue detectar que existem outras soluções além daquelas que os nossos olhos conseguem enxergar.

Lamentavelmente, no Brasil, a classe política – e isso vale para mim, vale para os governadores, vale para os prefeitos, vale para os vereadores – tem a boca maior do que os ouvidos; nós gostamos de falar mais do que ouvir e, muitas vezes, por não ouvirmos, não temos os acertos que nós deveríamos ter.

É sempre desagradável receber alguém reivindicando alguma coisa e vocês sabem que é. O Marcelo Deda, quando era deputado, havia uma diferença, porque não tinha a responsabilidade de pegar as pessoas do bairro mais pobre de Aracajú, que não querem saber se ele não tem dinheiro, que não querem saber se ele já estourou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não querem saber se tem outro setor precisando, porque o deles é o mais importante. Quantas vezes vocês tiveram que dizer “não”, quantas vezes vocês tiveram que dizer “não posso”? Quantas vezes vocês tiveram que dizer “fica para depois”? E essas coisas vêm se acumulando e garantindo que, entra governo e sai governo, e as coisas não mudem. É preciso que a gente tenha disposição de mudar, criar um novo padrão de responsabilidade e de relacionamento. E eu continuo com a mesma convicção: os municípios brasileiros precisam ter uma participação maior na fatia do dinheiro recolhido, porque é lá que



acontecem os problemas do país.

Agora, precisamos construir. Isso é mais ou menos como a gente trata a família da gente. Quando cada um de vocês chega em casa, com o salário de vocês, e a família quer uma coisa a mais, uma coisa a menos, vocês são obrigados a dizer: “Olhe, meu amor, olhem meus queridos filhos, eu sei que vocês têm razão, mas nós vamos ter que construir o meu posto para poder atender a essa demanda”.

Vocês sabem que a situação do nosso país não é das melhores. Eu passei parte da minha vida dizendo para os prefeitos: quando vocês tomarem posse, a primeira coisa que vocês têm que fazer é uma auditoria, para que vocês não venham arcar com uma responsabilidade sobre a irresponsabilidade do prefeito que vocês estão sucedendo. No governo federal nós não podemos fazer isso. E eu não vou fazer. Eu não vou ficar jogando a culpa no meu antecessor. Eu vou tentar fazer aquilo que eu me propus a fazer. O dinheiro é pouco, e vocês viram que nós tivemos que fazer um corte no Orçamento de quase 14 bilhões. E não fizemos corte porque gostamos de fazer corte, fizemos porque era necessário fazer. E sabemos que isso implica o sonho do novo modelo de desenvolvimento que nós queremos para o país. Sabemos o que isso significa no sonho de uma nova política de distribuição de renda neste país. Sabemos as implicações das limitações financeiras do nosso país. Mas eu acredito que podemos reverter isso em médio espaço de tempo. Vamos fazer. E vamos fazer porque eu tenho dito aos meus Ministros: a gente não tem que ficar chorando o dinheiro que não tem, nós precisamos definir corretamente o que fazer com o pouco que temos. E se o pouco que a gente tem for bem pensado e bem elaborado, certamente a gente pode fazer muito mais.

Eu tenho consciência de que sou Presidente de um país em desenvolvimento, tenho consciência de que sou Presidente de um país onde o PIB não cresce há muito tempo, tenho consciência de que sou Presidente de um país com a economia estagnada e todo mundo sabe que a minha obsessão é fazer a economia deste país voltar a crescer. Para isso é preciso quebrar a vulnerabilidade econômica a que estamos submetidos. E ela não é quebrada com uma varinha de condão, é com



muita paciência, com muita maturidade, com muito jeito. E vamos fazer. É só esperar para ver que nós vamos fazer, para provar que este país não pode continuar sendo tratado como se fosse um paisinho qualquer.

O Brasil não é mais respeitado no mundo porque eu acho que, muitas vezes, os nossos governantes não se respeitaram. O Brasil não pode e não deve participar dessa loucura de mundo globalizado de cabeça baixa, sem definir o seu projeto de desenvolvimento, sem definir a sua política industrial, sem definir, sobretudo, a sua relação com o chamado “mundo desenvolvido”. E essas mudanças é que podem trazer os benefícios que muitos de vocês, que já são prefeitos pela terceira vez, sonham há muito tempo. E isso não aconteceu. Mas podem ficar certos de que essa relação vai mudar e vai acontecer.

E por que vai acontecer? Porque quando eu deixar de ser Presidente da República, eu não vou morar na lua, eu vou voltar para São Bernardo do Campo, onde é minha terra, e vou conviver com a minha gente, que depositou a esperança de que a gente ia mudar a História deste país. Vou conviver com o prefeito, com os secretários, com os vereadores. Eu não posso esquecer para quê fui eleito.

Vocês sabem que eu sempre reclamava, porque eu não entendia por que a política tributária neste país não era feita, por que não era votada. Todo mundo quer. Não há um único ser vivo neste país que não fale em política tributária. Entretanto, ela nunca saiu. Por quê? Porque eu acho que nunca houve determinação política para fazê-la. Eu fiz um teste, há vinte dias. Convoquei os 27 governadores de Estado, aqui. E fizemos, segundo todos os governadores, a mais importante reunião já feita entre um presidente da República e os governadores de Estado, porque passamos dois dias discutindo as nossas convergências e as nossas divergências. E, finalmente, saímos com um documento que mostra que nós temos unidade para fazer a reforma tributária e a reforma previdenciária.

Mas não bastou conversar com os governadores. É preciso criar um mecanismo para ouvir os prefeitos, é preciso criar mecanismos para ouvir a sociedade brasileira e, para isso, nós criamos um Conselho Consultivo, que não vai



substituir os prefeitos nem os governadores, muito menos a Câmara dos Deputados ou o Senado, mas que representa um outro segmento da sociedade que não tem mandato, mas tem peso na política nacional.

E vamos querer ouvir tantos quantos forem necessários ouvir. No último debate, eu disse – “Nós vamos começar fazendo o necessário, depois nós vamos fazer o possível e, quando vocês menos esperarem, nós vamos estar fazendo o impossível” e podem ficar certos de que este ano nós votaremos a política tributária e votaremos a reforma na Previdência Social do nosso país, para as pessoas voltarem a acreditar de que este país tem jeito.

E vocês, prefeitos, sabem que somente com uma reforma profunda é que a gente vai poder reestruturar a distribuição de verbas neste país.

Quero dizer aos meus companheiros que a presença dos prefeitos aqui, sendo recebidos por todo o Governo e não só pelo Presidente da República, é a demonstração mais viva de que nós queremos mudar a História deste país. É que nenhum ministro tem autorização para indagar a que partido um prefeito é filiado para ser atendido, não queremos saber a sigla partidária de nenhum prefeito. O que nós queremos é dizer que todos vocês, independentemente da idade, da religião a que pertençam, do time de futebol para o qual torçam ou do partido a que são filiados, têm direitos e têm deveres. O governo federal tem direitos e deveres e o primeiro dever nosso é tratar um ente federado com o respeito que ele merece e dar a ele a atenção necessária quando vier aqui ou quando precisar conversar com alguma autoridade do governo federal.

Nós temos algumas coisas que só vão acontecer se os municípios quiserem que aconteçam. Nós definimos o combate à fome como o programa mais importante para o nosso país, porque, segundo o Ipea – que não é nenhum órgão de oposição, é um órgão do governo federal, que não foi criado no meu Governo, mas em Governo anterior – nós temos mais de 43 milhões de pessoas passando fome neste país.

E se os prefeitos não se engajarem na campanha de combate à fome e



deixarem apenas por conta do governo federal, será muito mais difícil. Daí porque é necessário que em cada Prefeitura seja criado o Consea – o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que envolva o prefeito, o padre, o pastor, o sindicato, a Associação Comercial, e todos os segmentos vivos da sociedade, para que a gente possa ter uma referência.

Quantas pessoas estão passando fome numa cidade? Se eu perguntar hoje, eu sei que é muito difícil um prefeito responder, porque a gente não tem estatística, a estatística é geral demais. Mas aqui, quantas pessoas estão passando fome em Garanhuns? Quantas? Quantas pessoas, na hora do almoço, não têm o que comer? Se nós fizermos um jogo combinado e o governo federal tiver a solução, o prefeito de Garanhuns pode ficar certo de que vai ficar muito mais fácil a gente levar comida ou dinheiro até essas pessoas.

Lamentavelmente, nós não temos essas pesquisas, a maioria dos prefeitos brasileiros ainda não assumiu a responsabilidade de fazer essas pesquisas, esse mapeamento. É possível, e somente o prefeito pode fazer isso, não por amostragem, mas com dado real. Aí, quem sabe, nós pudéssemos começar a minimizar o sofrimento de pessoas, que muitas vezes não têm nem o direito de chegar perto de um prefeito.

Quando é uma cidadezinha muito pequenininha, onde o prefeito não tem dinheiro nem para pagar salário, não tem segurança, como eu conheço tantas, as pessoas, às 5 horas da manhã, já estão na casa do prefeito, pedindo dinheiro para arrancar um dente, para comprar remédio, pedindo passagem de ônibus não sei para onde, pedindo outra passagem não sei para quê.

O prefeito, na verdade, não é prefeito, ele é assistente social, porque o pouco recurso que tem ele não pode deixar de abdicar. Numa prefeitura de capital já há mais estrutura, as pessoas não têm como chegar à casa do prefeito, de tão grande que é a cidade. Agora, no interior, numa cidadezinha pequena, o galo cantou, o peão chiou ali, na porta do prefeito. Não tem por onde sair. O prefeito não tem escapatória. Os vereadores mandam, os assessores dos vereadores mandam, e o



prefeito passa a ser um grande assistente social. E, se não for assim, as pessoas morrem por falta de assistência. Essas coisas precisam mudar. E só vamos conseguir mudar se houver uma parceria responsável entre os prefeitos, os governos estaduais e o governo federal.

Eu acho que tem um tempo em que a gente briga, tem um tempo em que cada um pertence a um partido político. Isso é que nem uma partida de futebol. Vocês já assistiram a uma partida de futebol com um adversário de vocês no sofá? Quantas vezes dá vontade de brigar com o nosso companheiro que está do lado? Terminada a partida, o que você faz? Governar é a mesma coisa. Terminou a eleição, o governo federal não tem que se preocupar se o prefeito é desse ou daquele partido político; o governador não tem que se preocupar se o prefeito é desse ou daquele partido político. Os prefeitos não devem se importar se o Presidente é desse ou daquele partido político, se o governador é desse ou daquele partido político. Nós temos a responsabilidade de, em quatro anos, governar e cumprir cada palavra que nós assumimos nos palanques com o povo, na época das eleições. É essa a responsabilidade que está depositada nas nossas costas. E eu sei que essa relação nunca foi a mais honesta possível.

Eu sei o quanto é bom o poder do dinheiro, o quanto é bom alguém que tem influência esperar que um prefeito humilde chegue lá com o chapeuzinho na mão: “doutor, secretário, eu estou precisando de 3 mil réis.” E o doutor lhe dá os 3 mil réis a troco de um favor que, no fundo, no fundo, é a sua liberdade. Nós temos que acabar com isso para mudarmos as outras coisas que precisam ser mudadas no Brasil, porque o meu mandato termina, o mandato de vocês termina, mas o Brasil continua. Outros prefeitos e prefeitas virão. E o povo vai continuar esperando que nós façamos alguma coisa.

As enchentes de São Paulo ou as enchentes de Belo Horizonte não são apenas de responsabilidade do prefeito. É preciso que a gente assuma essa responsabilidade conjuntamente. O crescimento das favelas, vamos ser francos, muitas vezes as pessoas moram na beira de encosta, na beira de morro, na beira de



córrego. Não é porque gostam, não, é porque, muitas vezes, aqueles moradores pertencem a uma determinada candidatura e, portanto, no momento da eleição vale tudo. Jogam o povo na beira do mangue, jogam o povo na beira de um córrego, não tem problema. A gente só vai se dar conta da irresponsabilidade quando acontece um desastre, como aconteceu em Belo Horizonte.

É preciso que a gente tenha, efetivamente, mais responsabilidade. Eu estou dizendo ao ministro Olívio Dutra: nós precisamos começar a fazer casa. Nós não podemos construir as 6 milhões de casas que nós precisamos. Nós precisamos, então, escolher quem precisa de casa e definir as prioridades. Nós precisamos acabar com os moradores de palafitas neste país e dar a eles um mínimo de decência. Quem mora numa grande cidade ou numa cidade média, fora do mangue, simplesmente não conhece o que é uma palafita. Mas eu já vi mulher com uma estaca de pau grudada na costela, que perfurou o seu útero e matou o seu filho. É o tipo de moradia mais degradante que pode existir.

Não tem nada mais degradante do que a gente assistir na televisão uma pessoa, não trabalhando no lixo, mas comendo do lixo, disputando espaço com os urubus, como nós temos visto sistematicamente. Não é apenas o Presidente da República que pode cuidar disso. É o Presidente da República, é o governador do Estado, é o prefeito, é o padre, é o pastor, é o dirigente sindical, é cada um de nós, brasileiros, que ainda tem vergonha e que ainda tem o direito de se indignar com o infortúnio dos milhões e milhões de pobres deste país.

É por isso que eu quero dizer a vocês, prefeitos e prefeitas do meu país, nós queremos transformar, meu caro Luiz Paulo, essa União numa Federação e vamos transformar. Possivelmente, meu querido, você seja chamado por este Governo a dar palpites, mais vezes do que você foi chamado nos últimos 8 anos.

Pode ficar certo, porque todos os brasileiros ou brasileiras que tiverem alguma proposta terão porta aberta para dizer como e por que nós temos que fazer as coisas. Eu vou dar dois dados para vocês. Primeiro, nós vamos, meu caro Paulo, começar a retomar muitas das obras paradas.



O que é duro, é quando você toma posse e encontra um Orçamento menor do que a despesa e ainda encontra alguns bilhões de restos a pagar, sem que você tenha condições de pagar. Mas nós vamos retomar as obras. Só através do Ministério das Cidades são 1674 obras que vamos ter que retomar, até porque muitas delas já estão contratadas, foram paralisadas e a gente não pode permitir que isso aconteça. Nós vamos fazer um esforço para que essas obras sejam retomadas.

Mas eu vou dar um dado para vocês sentirem as dificuldades. A Caixa Econômica Federal tinha contratado, no ano passado, para saneamento e infraestrutura, 262 milhões de reais – era o recurso que ela tinha para saneamento e infraestrutura – e ela gastou somente 19 milhões. Ou seja, nem os 262 foram gastos porque, lamentavelmente, adotou-se no Brasil, em determinado tempo, tentar evitar gastar qualquer coisa apenas para fazer superávit primário. Eu acho que é preciso fazer o superávit primário por uma questão de responsabilidade, mas o superávit primário não pode ser a única razão da administração pública para prefeitos, governadores e Presidente da República.

Por isso é que nós vamos destinar, pelo menos o é que diz o meu Presidente da Caixa Econômica Federal, 1 bilhão e 400 milhões para gastar com saneamento básico, com água encanada. É o dinheiro que temos este ano. E nós pretendemos, no final do ano, saber se a gente gastou aquilo que tinha para gastar, porque uma coisa é um prefeito gastar mais do que tem, outra coisa é você ter um pouco e não gastar aquilo que tem. Não é possível que você fique com dinheiro em caixa, mesmo que seja 1 real, com tanta necessidade que há neste país.

Por isso, eu queria dizer ao meu amigo Paulo que é importante que a gente comece a medir. É a sexta caravana que vocês fazem a Brasília. Vamos começar a medir, a partir dessa. Quando vocês fizerem a outra, vamos começar a medir o que evoluiu. Assim, a gente vai poder constatar, no final de quatro anos, o que evoluiu na relação entre Federação e municípios, o que evoluiu entre o governo federal e os governos municipais. Aí a gente vai poder, tranquilamente, fazer um balanço. E por



que eu estou pedindo isso, meus amigos e minhas amigas? É que muitas vezes o Governo trata o país como se fosse dele. Muitas vezes as pessoas governam e fazem os projetos como se fossem elas a própria Nação. E nós somos passageiros, aqui.

Tanta gente foi eleita com arrogância e nem terminou o mandato. Tem tanta gente que é eleita e não consegue fazer 1% daquilo que prometeu. Tem gente que é eleita com uma fama de honesto e, três meses depois, já está sendo chamado de corrupto pelo povo, na rua.

Então, vamos medir, a partir de hoje, Paulo. Esse é um compromisso nosso, além de outras coisas que vocês vão ouvir, nas palestras dos ministros, que vão mostrar para vocês algumas coisas que já vão ser feitas na área da saúde, da educação, na área do ministério das Cidades, vão ouvir o ministro Antônio Palocci, vão ouvir o ministro Ricardo Berzoini sobre as reformas, o ministro José Graziano sobre o programa de combate à fome. Vocês vão ouvir muita coisa, e muita coisa boa vai acontecer.

Mas, o que eu quero, Paulo, é que a gente meça e tenha este ano como padrão. Não vamos esquecer o que já aconteceu. Mas, vamos deixar só no arquivo morto e vamos pegar a partir de hoje, dia 11 de março de 2003, a primeira reunião em que um presidente da República e a totalidade do seu Governo recebe os prefeitos deste país. E vamos chegar ao ano que vem e ver, concretamente, o que mudou e o que não mudou.

E a primeira mudança, além desta própria reunião, Paulo, é que vocês estão, há muito tempo, reivindicando um terreno, aqui em Brasília, para fazer a sede de vocês, e o meu Secretário de Patrimônio da União acaba de me informar que vocês já são detentores de um terreno, aqui em Brasília, para construir a sede. Eu acho importante, Paulo, depois da reunião, você pegar o Pedro Celso, que é o Secretário de Patrimônio e ir com ele lá, porque, neste país, tem gente que vende terreno dentro da praia... Então, é importante você ir ver o terreno. O Pedro Celso está ali, depois ele pode juntar a Direção, tanto da Frente Nacional de Prefeitos quanto da



Federação, e levar lá.

E, por último, meus companheiros, eu quero terminar dizendo por que essa minha eloqüência em defesa das prefeituras. Estou até parecendo prefeito, mas é porque eu acredito nessas coisas. Um dia, um companheiro meu fez uma música que alguns de vocês já ouviram, que tinha um refrão que dizia assim: “Uma cidade parece pequena, se comparada a um país. Mas é na minha, na sua cidade, que se começa a ser feliz.”

Meus parabéns e obrigado.

/rsm/cms/mcpro